



Comunicado Conjunto n.º 20 • 18 de julho de 2019

BANCÁRIOS EMPURRADOS PARA A GREVE É URGENTE DESENCALHAR A NEGOCIAÇÃO COLETIVA!

Os Sindicatos (SBN, SNQTB e SIB) mantêm-se empenhados nas negociações de revisão do ACT. No entanto, vêm-se obrigados a tornar público que as suas propostas para o início da **reposição de direitos e regalias retiradas aos Bancários** têm deparado sistematicamente com a recusa pura e simples das Instituições de Crédito (ICs), o que os obriga a lançar mão de iniciativas que bem gostariam de evitar.

Entre 2010 (data da produção de efeitos das tabelas de salários e pensões em vigor) e 2018, os valores da inflação – a soma das taxas de variação anual do índice de preços no consumidor, em Portugal – atingiram 13,04%, mas os Bancários (com exceção do BCP) apenas tiveram aumentos de 0,75%, em 2016, 2017 e 2018, ou seja, 2,25% no total, pelo que perderam 10,79% (falamos dos valores nominais das tabelas dos salários e pensões vigentes, que são o essencial do objeto das negociações em curso). Os do BCP nem sequer esses aumentos tiveram – ainda nada recuperaram dos 13,04%!

Porém, as ICs, no ACT geral, decorrido todo este tempo de negociações, só admitem aumentos de 0,75% para 2019!!! E o BCP, até ao presente, ZERO% para 2018!!!

Foram também recusadas propostas dos Sindicatos quanto às promoções por antiguidade, atualizações salariais não absorvíveis por redução de complementos ou afins, reposição do prémio por antiguidade, apreciação especial para quem não foi promovido nos últimos cinco anos ou o alargamento do número e do âmbito das promoções obrigatórias.

Tal posição e propostas das ICs são indignas, humilhantes e ofensivas para os Bancários, no ativo e na reforma.

Os Sindicatos, com sentido de responsabilidade e cientes de que será longo **o caminho de recuperação das regalias e direitos retirados aos Bancários**, propuseram às ICs, sem sucesso, que fosse dada prioridade às tabelas salariais e cláusulas de expressão pecuniária, (conforme o previsto no artº 488º do Código do Trabalho) **e exigem aumentos imediatos de 2,2%** (descendo do 2,72% propostos antes) **para vigorarem desde janeiro de 2019** (no caso do BCP, desde janeiro de 2018).

Até agora nem se progrediu nas tabelas nem nas outras matérias da proposta sindical.

As ICs desafiam e empurram os Bancários para a greve e outras formas de protesto e intervenção.

Aos Sindicatos resta apelar à mobilização de todos os Bancários, pois está na hora de darem um sinal às ICs de que estão erradas na convicção de que os Bancários são incapazes de avançar para a luta e se manterão passivos e amedrontados ou anestesiados.



As Direções dos Sindicatos subscritores desta comunicação assumirão as suas responsabilidades.

As respostas serão dadas pelos Bancários.

As Direções vão reunir de emergência os seus Conselhos Gerais, convocando-os para a mobilização e **solicitando-lhes mandato para a declaração da greve e utilização dos fundos de greve.**

As Direções vão pedir audiências na Assembleia da República, ao Governo e ao Senhor Presidente da República.

As Direções vão desencadear os mecanismos legais e institucionais (aviso à CML, Ministério da Administração Interna e Comando da PSP) para uma **manifestação de Bancários em Lisboa, junto das sedes dos principais Bancos**, o que poderá ser replicado noutras cidades do País.

Entretanto, manter-se-ão sempre disponíveis para as negociações.

As negociações coletivas com as ICs têm de mudar de rumo.

A dignificação dos Bancários tem de ser reposta e respeitada.

Lisboa/Porto, 18 de julho de 2019

Paulo Marcos

Presidente do SNQTB

Mário Mourão

Presidente do SBN

Fernando Fonseca

Presidente do SIB